

## ORÇAMENTO ESTADO 2011 – MAI

*Apresentação na Assembleia da República*

*16 de Novembro de 2010*

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados.

A segurança e a protecção dos cidadãos constituem direitos fundamentais e elementos constitutivos do Estado de Direito.

Neste sentido, a política da Administração Interna tem-se pautado por um conjunto coerente de linhas orientadoras: o reforço do dispositivo territorial das Forças de Segurança em meios humanos e materiais, o aprofundamento do policiamento de proximidade e da segurança comunitária, a aposta na inovação e na tecnologia, a dignificação das carreiras das Forças de Segurança, a intensificação da cooperação europeia e internacional e o aperfeiçoamento do sistema de protecção civil e de segurança rodoviária.

Nos últimos anos, foram revistas e aprovadas leis estruturantes em matérias de segurança interna, como a Lei de Segurança Interna, a Lei de Organização e Investigação Criminal, as Leis de Política Criminal, a Lei das Armas, a Lei de Programação das Instalações e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança,

a Lei do Sistema Integrado de Informação Criminal e a Lei de Estrangeiros). A par disso, concretizámos um importante conjunto de medidas, de que se destacam:

- A admissão de mais de 7.600 elementos para as Forças de Segurança.
- A celebração de 32 Contratos Locais de Segurança.
- O desenvolvimento do Programa Nacional de Videovigilância e do sistema de geo-referenciação.
- A criação do programa «Polícia Automático».
- O incremento de acções sistemáticas de detecção e apreensão de armas ilegais e de luta contra o tráfico de pessoas e o auxílio à imigração ilegal.

Em paralelo, o Ministério da Administração Interna conheceu sucessivos orçamentos crescentes, que permitiram alcançar exigentes objectivos em termos do reforço do dispositivo, expresso no reforço dos meios operacionais e de suporte à missão das Forças de Segurança. Assim, nos anos mais recentes, assistimos a:

- Um investimento de cerca de 41 milhões de euros em 85 instalações de cobertura territorial para as Forças de Segurança.
- Um investimento de cerca de 1 milhão de euros em instalações de formação e de âmbito nacional para as Forças de Segurança.
- Um investimento de cerca de 16,4 milhões de euros em 827 veículos para as Forças de Segurança.
- Um investimento de cerca de 15,7 milhões de euros em armamento e equipamento individual conexo (33.750 pistolas e 4.600 coletes anti-balísticos) para as Forças de Segurança.

Como resultado desta política, assistimos já, em 2009, a um decréscimo dos índices da criminalidade. O primeiro semestre de 2010, em que se registou uma diminuição de 3,1% da criminalidade geral e uma diminuição de 11,3% da criminalidade violenta e grave ante ao período homólogo do ano anterior, testemunham a adequação desta política e das medidas desenvolvidas e comprovam o empenhamento e a competência das Forças e dos Serviços de Segurança.

Uma situação excepcional exige, agora, medidas adequadas ao momento que vivemos.

Em face do enquadramento internacional e nacional, o Orçamento de Estado para 2011 apresenta-se como o instrumento necessário de política económica para a correcção dos principais desequilíbrios macroeconómicos do país, o que exige forte determinação, contenção reforçada, exigência acrescida e o rigor de sempre.

Este é o tom geral do Orçamento de Estado para 2011, este é o tom do Orçamento de Estado da Administração Interna para 2011. Contudo, a gravidade do momento afecta a disponibilidade de recursos, mas não afecta – nem afectará, nunca – a missão fundamental prosseguida pelo Ministério da Administração Interna: garantir a segurança, afirmar a autoridade do Estado de Direito e promover a defesa dos cidadãos e da sociedade.

Assim, em 2011, o Ministério da Administração Interna prosseguirá as orientações estratégicas dos anos recentes, plasmadas no Programa do XVIII Governo Constitucional. O “Desenvolvimento do Sistema de Segurança Interna” visa, na verdade, combater as causas do crime e prevenir e reprimir a criminalidade com

eficácia. Deste modo, a linha de acção do Ministério passará por enfrentar e reprimir os crimes, sobretudo os cometidos com violência e recurso a armas, introduzir novas tecnologias de apoio à actividade operacional e promover a segurança comunitária e o policiamento de proximidade.

Em termos de medidas operacionais, pretendemos consolidar a coordenação do sistema de segurança interna e a sala de situação do Gabinete Coordenador de Segurança; dinamizar o Programa Nacional de Videovigilância; reforçar a cooperação policial ao nível europeu, lusófono e internacional em geral; incentivar a partilha de informações; continuar a apostar no policiamento de proximidade e na segurança comunitária, bem como nos programas especiais de protecção de jovens, idosos e outras pessoas particularmente vulneráveis; e reforçar o controlo das fontes de perigo através de acções sistemáticas das Forças e dos Serviços de Segurança.

Em termos de efectivos policiais, registe-se a formação e incorporação de 1.000 novos guardas na GNR e de 1.000 novos agentes na PSP, para além dos oficiais que irão ser formados.

No domínio das infra-estruturas investir-se-ão 45,6 milhões de euros, distribuídos do seguinte modo:

- 32,2 milhões de euros na construção de novas instalações de cobertura territorial para as Forças de Segurança, o que representa 13 novos postos territoriais para a GNR e 12 novas esquadras para a PSP.

- 5,3 milhões de euros na remodelação e valorização das instalações de cobertura territorial para as Forças de Segurança, designadamente com obras de remodelação e beneficiação em 2 postos territoriais da GNR, bem como em 2 esquadras e em 2 outras instalações da PSP.
- 5,2 milhões de euros em instalações de formação, com obras de remodelação e beneficiação das Escolas de Queluz, da GNR, e de Torres Novas, da PSP.
- 2,9 milhões de euros em instalações de âmbito nacional, tanto da GNR como da PSP.

A acrescer a este investimento, meritório em tempos de contenção, registo ainda para o esforço financeiro associado à modernização de equipamentos destinados a dotar as Forças de Segurança de meios que permitam satisfazer cabalmente a sua missão. Assim, prevê-se a aquisição de viaturas para a GNR e para a PSP num montante de 6,9 milhões de euros, a aquisição de meios operacionais para as Forças de Segurança, incluindo 8.250 pistolas e respectivos coldres e 1.024 coletes de protecção balística, no montante de 5,3 milhões de euros, bem como um investimento de 5 milhões de euros em equipamentos informáticos e de comunicações.

Aliás, a modernização tecnológica continuará a ser um vector importante na política referente às Forças de Segurança. Neste âmbito, promoveremos o alargamento da cobertura da Rede Nacional de Segurança Interna, a criação da plataforma de geo-referenciação de meios operacionais das Forças de Segurança e o desenvolvimento da Plataforma de Interoperabilidade de Informação Criminal, no âmbito do Gabinete Coordenador de Segurança.

O reforço da segurança comunitária e do policiamento de proximidade, por sua vez, assentarão na cooperação com os municípios, através da promoção de programas de videovigilância em locais públicos de utilização comum, da regulamentação do estatuto profissional das Polícias Municipais e do novo regime jurídico da actividade de guarda-nocturno. A participação da Sociedade Civil será igualmente importante na prossecução destes objectivos, através da celebração de novos Contratos Locais de Segurança e da consolidação dos já implementados, da difusão e promoção de boas práticas de segurança comunitária e do reforço da capacidade operacional das Forças de Segurança no policiamento de proximidade.

Por seu turno, a “Política de Imigração e Controlo de Fronteiras” prosseguirá no sentido da regulação da imigração legal e do melhoramento do acolhimento e da integração, com o continuado combate à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos, e com o reforço da cooperação internacional e da inovação tecnológica. Iremos melhorar o acolhimento através do alargamento a todo o país do projecto “O SEF Vai à Escola”, da criação de uma Unidade Residencial de acolhimento e instalação temporária de estrangeiros sujeitos a afastamento do território nacional, do agendamento electrónico do atendimento aos imigrantes em todos os serviços do SEF e da inclusão do número do Serviço Nacional de Saúde no cartão de cidadão estrangeiro.

Combater a Imigração Ilegal e o Tráfico de Seres Humanos continua a ser uma prioridade indeclinável. Fá-lo-emos através da consolidação das equipas conjuntas de investigação criminal, da melhoria da coordenação entre as estruturas nacionais de combate ao tráfico de seres humanos, do reforço do controlo e da segurança nas

fronteiras, da intensificação das parcerias internacionais no quadro da Frontex, da Europol e do Eurojust, bem como da promoção de actividades de cooperação e de sensibilização pública.

Para prosseguir estes objectivos, concorrerá a política de inovação tecnológica, com a instalação de sistemas tecnológicos de controlo das fronteiras marítimas – RAPID e PASSE, com a expansão do Interface SEF-Universidade (ISU), com o alargamento da utilização do Sistema Móvel de Identificação Local de Estrangeiros (SMILE), com a consolidação do Sistema de Identificação Antecipada de Passageiros em transporte aéreo (Sistema APIS) e com o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação de Vistos. Deste modo, simplificamos e agilizamos o processo de controlo de entrada de cidadãos de países terceiros que nos procurem de boa-fé e melhoramos a nossa capacidade de detectar situações de imigração ilegal e tráfico de pessoas, procedendo à indispensável conjugação dos valores da liberdade de circulação e da segurança.

Em termos de “Modernização da Administração Eleitoral”, pretendemos incentivar a participação nos actos eleitorais, disponibilizando ao cidadão informação em matéria eleitoral, alargar e uniformizar as condições de exercício do voto antecipado, e desenvolver o sistema de gestão do recenseamento eleitoral. Em 2011, teremos o encargo da organização do processo eleitoral para Presidente da República e iremos preparar as condições para materializar, no futuro, o voto em mobilidade.

A “Consolidação do Sistema de Protecção Civil” assentará no reforço da aposta no planeamento e na prevenção, no apoio e promoção do voluntariado, e na melhoria do apetrechamento de equipamentos de protecção civil.

Em termos de coordenação e planeamento, pretende-se aperfeiçoar articulação e coordenação de todos os agentes, consolidar do Registo Nacional de Bombeiros Portugueses, rever e actualizar a legislação do sector dos Bombeiros, bem como dos planos de emergência em vigor, e validar do Plano do Risco Sísmico do Algarve na sequência de um exercício “Livex”.

Ao nível da prevenção, sensibilização, formação e voluntariado, realizar-se-ão acções de informação e sensibilização, exercícios e simulações; promover-se-á a adopção das medidas de minimização previstas nos planos de emergência e formação dos profissionais e voluntários que integram o sistema; e promover-se-á, igualmente, o voluntariado e a valorização da sua participação no sistema de protecção civil (marcando-se assim o Ano Europeu do Voluntariado que se celebra em 2011).

No que respeita aos meios operacionais, registe-se o reforço da capacidade de fiscalização, prevenção e operacionalidade dos meios próprios do Ministério da Administração Interna, nomeadamente do SEPNA (Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente), do GIPS (Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro), ambos da GNR, e da FEB (Força Especial de Bombeiros). É também de destacar o reforço da capacidade operacional dos corpos de bombeiros, através da intensificação das acções de formação, no âmbito das estruturas descentralizadas da Escola Nacional de Bombeiros.



Um programa de reequipamento das forças operacionais e de reabilitação e construção de instalações, quer para os corpos de bombeiros, quer para a ANPC, no âmbito do QREN, assim como a optimização do emprego dos meios disponibilizados pela Empresa de Meios Aéreos (EMA), incluindo a melhoria gradual da rede de aeródromos e heliportos em que operam esses meios, constituem a principal aposta em termos de infra-estruturas e equipamento. Recorde-se que o investimento previsto no âmbito do QREN, entre 2007 e 2013, é superior a 200 milhões de euros, englobando a participação comunitária e o esforço nacional, assegurado, sobretudo, pelas associações humanitárias e pelas autarquias.

Sendo a inovação tecnológica uma aposta em todas as áreas da segurança, no âmbito do sistema de protecção civil reforçaremos a interoperabilidade e consolidaremos os sistemas de informação de apoio ao planeamento e à decisão operacional. Por outro lado, promoveremos a generalização progressiva da rede SIRESP, o desenvolvimento de uma Plataforma de Gestão de Projectos de Segurança Contra Incêndio em Edifícios, a consolidação do Sistema de Informação de Planeamento de Emergência (SIPE) e a implementação do Sistema de Gestão Operacional das ocorrências de protecção civil (SADO).

Continuaremos a desenvolver acções de cooperação em missões de assistência internacional, à semelhança do que fizemos num passado recente no Haiti e no Chile, e participaremos em exercícios e na formação no quadro do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil, sem prejuízo da cooperação bilateral, nomeadamente com Espanha.

Ao nível do “Aprofundamento da Estratégia de Segurança Rodoviária”, a principal meta continua a ser a melhoria gradual dos indicadores de sinistralidade, sendo dignos de registo os valores já alcançados: diminuição de 32,6% no número de mortos e de 30,2% no número de feridos graves entre 2005 e 2009. Reforçar as actividades fiscalizadoras e intensificar parcerias e diversificar abordagens são os meios para alcançar tal objectivo.

Em 2011 reforçaremos a cooperação com os municípios tendo em vista a elaboração dos planos municipais de segurança rodoviária. Ao nível da sensibilização, apostaremos em campanhas de sensibilização e prevenção rodoviária, adoptando novos conteúdos e estabelecendo novas parcerias, através da concepção, produção, fornecimento e distribuição de materiais didácticos sobre segurança rodoviária para jovens do primeiro, segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico.

O Alargamento da Rede Nacional de Controlo de Velocidade, com a instalação de radares em locais prioritários da rede viária para fiscalização da velocidade de circulação, permitirá um controlo mais eficaz da circulação rodoviária.

Iremos consolidar o novo modelo estatístico baseado no conceito internacional de vítima mortal de sinistralidade rodoviária a 30 dias e realizar análises de distribuição espacial dos acidentes, cruzando-as com outras informações relevantes, de forma a aprofundar o conhecimento da sinistralidade rodoviária e respectivas causas.

Por fim, em termos de contra-ordenações rodoviárias, continuaremos a dar passos no sentido da desmaterialização dos processos, procurando uma maior celeridade na tramitação. Promoveremos a racionalização dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, com vista à redução da taxa de prescrição dos processos e à redução do tempo entre as datas da infracção e da decisão. Alargaremos, ainda, a utilização do Sistema de Contra-Ordenações de Trânsito (SCoT) a outras entidades fiscalizadoras.

Para a prossecução dos nossos objectivos e das nossas políticas, disporemos, em 2011, de um orçamento total de 1.888,5 milhões de euros (6,7% abaixo do orçamentado para 2010), dos quais 1.782 milhões de euros se destinam a funcionamento (-5,3%) e 106,5 milhões de euros ao PIDDAC (-25%).

Trata-se de um orçamento que responde a um quadro económico e orçamental excepcional, ao qual o Ministério da Administração Interna não quer nem se pode alhear. Um orçamento que constitui um desafio, exigindo de todos nós o maior rigor. Um orçamento que envolve contenção de custos, mas jamais envolverá contenção na segurança e na protecção dos cidadãos, missão primordial do Estado de Direito.